

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA
TERCEIROS



PORTO FRANCO - MA :: DIÁRIO OFICIAL - TERCEIROS - VOL. - Nº 1364 / 2025 :: QUINTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 2025 :: PÁGINA 1 DE 4

SUMÁRIO

Descrição

Página

RESOLUÇÃO CME/PF Nº 3, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025. 1

RESOLUÇÃO CME/PF Nº 3, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.

Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Porto Franco - MA, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PORTO FRANCO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 02/2006, de 29 de maio de 2006, e

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 17 de outubro de 2024, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil;

CONSIDERANDO o Art. 3º, inciso I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o Art. 4º, inciso IV da LDB (Lei nº 9.394/96);

CONSIDERANDO a Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/14;

CONSIDERANDO o Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil (2021), aprovado por meio da Resolução CEE/MA nº 222/2021;

CONSIDERANDO os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2024) do Ministério de Educação e Cultura;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas que garantam a qualidade, a equidade e a inclusão na Educação Infantil no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

RESOLVE:

Art.1º Para fins desta Resolução, considera-se a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, destinada a crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade, oferecida em creches (para crianças de até 3 anos) e pré-escolas (para crianças de 4 a 5 anos).

Art. 2º A presente Resolução aprova as diretrizes para garantir qualidade e igualdade na educação infantil, que servem de referência para a rede de ensino do município de Porto Franco - MA.

Parágrafo único: Essas diretrizes são para todas as escolas, sejam públicas ou privadas, que atendem crianças de 0 a 5 anos.

Art. 3º As diretrizes têm como objetivo principal estabelecer um padrão de qualidade que reduza as desigualdades sociais e promova a inclusão e a diversidade na educação das crianças pequenas de Porto Franco.

§ 1º A qualidade na Educação Infantil municipal depende de fatores, como:

I. Gestão democrática e participativa;

II. Profissionais qualificados e valorizados;

III. Propostas de ensino adequadas;

IV. Avaliação que valoriza o aprendizado e o desenvolvimento de cada criança;

V. Infraestrutura segura e adequada;

VI. Relação próxima com as famílias e a comunidade.

§ 2º A qualidade também está ligada ao direito de todas as crianças de conviverem com as diferenças.

§ 3º A responsabilidade pela qualidade é de toda a sociedade, especialmente do Poder Público.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTA DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<https://portofranco.diariomunicipal.net.br>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: aa655814723c79dc56cd7b41151712aac7a7d08c

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO



Art.4º A Secretaria Municipal de Educação deve garantir que o acesso à creche e à pré-escola seja um direito de todas as crianças de Porto Franco, desde o nascimento até os 5 anos.

Parágrafo único: O poder executivo deve planejar e investir o suficiente para que todas as crianças da nossa cidade tenham vaga.

Art. 5º As escolas de Educação Infantil do município devem seguir proposta pedagógica que considere a criança como um ser completo, que se desenvolve e aprende em diferentes áreas.

I. É fundamental que as atividades misturem o "cuidar" e o "educar", sempre de forma lúdica e interativa, valorizando as brincadeiras e a cultura da nossa região.

II. A proposta deve respeitar os direitos da criança de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e se conhecer.

III. Deve ser considerado o ritmo de cada criança, oferecendo oportunidades de aprendizado que respeitem sua idade e seu desenvolvimento.

IV. As atividades devem valorizar a criatividade e a capacidade de pensar da criança.

V. A proposta pedagógica deve assegurar que o espaço físico preveja dimensões adequadas ao número de bebês, crianças e adultos, garantindo que todos, inclusive os bebês em fase de engatinhar, possam se movimentar com tranquilidade e segurança.

Parágrafo único. A Proposta Pedagógica deverá ser objeto de revisão contínua e dinâmica. Os ajustes e a avaliação das práticas serão realizados periodicamente, ou, no mínimo, anualmente. A revisão ampla e a reelaboração integral do documento, por sua vez, deverão ser formalizadas em um ciclo máximo de 3 (três) anos.

Art. 6º As escolas municipais devem ter projeto pedagógico que promova a inclusão de todas as crianças, especialmente aquelas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º A inclusão deve acontecer em salas de aula regulares, com atividades pensadas para as necessidades de cada criança.

§ 2º A Secretaria de Educação precisa garantir professores especializados e outros profissionais para apoiar a inclusão.

Art. 7º As escolas municipais e a Secretaria de Educação devem ter um modelo de gestão democrática, onde as decisões sejam participativas, transparentes e articuladas, de forma a:

I. Garantir a participação social por meio da implantação de colegiados decisórios sobre oferta, atendimento e demanda;

II. Assegurar a transparência no atendimento, divulgando decisões, ações e a lista de espera;

III. Manter diálogo com Conselhos de Educação e demais órgãos de controle social;

IV. Criar e fortalecer o Conselho de Escola em todas as unidades de Educação Infantil;

V. Incluir a escuta de profissionais, famílias e comunidades na elaboração dos Planos de Educação (Nacional, Estadual e Municipal);

VI. Fortalecer as políticas de Educação Infantil pela articulação entre governos (federal, estadual, municipal) e sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais, dentre outros existentes).

VII. Promover uma relação dialógica e canais de interação efetiva com as instituições que ofertam Educação Infantil; e

VIII. Fortalecer as relações entre a instituição, a família e a comunidade.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação deve regulamentar, no prazo estabelecido na Resolução CNE/CEB Nº 1 (17.10.24) os seguintes mecanismos essenciais para a gestão da Educação Infantil:

I - Monitoramento da Demanda e Vagas: Criar instrumentos para o levantamento, monitoramento e divulgação da demanda por vagas (Busca Ativa) e da lista de espera, garantindo a transparência e o acesso;

II - Padrões de Qualidade e Estrutura: Definição e fiscalização das condições de oferta e atendimento (incluindo o dimensionamento da proporção aluno/professor) e dos parâmetros de infraestrutura física e pedagógica;

III - Regulamentação e Fiscalização da Oferta: Atualização permanente dos atos normativos de credenciamento, autorização de funcionamento e supervisão das instituições, abrangendo toda a rede pública;

IV - Atendimento Especializado e Intersetorial: Definição de fluxos e procedimentos para garantir o atendimento educacional especializado e a articulação com outros setores (saúde e assistência social) para o desenvolvimento integral da criança;

V- Avaliação da qualidade: Criar sistemas formais que permitam a avaliação contínua da qualidade e da equidade na Educação Infantil e garantir que esses resultados sejam amplamente divulgados;

VI - Transição para o Ensino Fundamental: Estabelecer mecanismos que facilitem a transição das crianças para o Ensino Fundamental, oferecendo às famílias e às equipes escolares estratégias e ferramentas para o planejamento e a troca de informações necessárias;



VII - Relação de bebês e crianças atendidas por educador: Garantir a definição de metas e cronogramas para reduzir gradualmente a proporção de bebês/crianças por educador na Educação Infantil, visando aprimorar continuamente a qualidade do atendimento.

Art. 9º A docência na Educação Infantil deve ser exercida por professores habilitados em cursos de Licenciatura em Pedagogia, ofertados em nível superior.

Art. 10. A gestão nas instituições de Educação Infantil deve ser exercida por profissionais habilitados para a função, em cursos de licenciatura em Pedagogia ou pós-graduação na área de gestão escolar.

Parágrafo Único. O Sistema Municipal de Ensino pode estabelecer pré-requisitos relacionados à experiência docente na Educação Infantil para a ocupação das funções de gestão, nos termos de atos normativos específicos.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Educação deve criar e aplicar programas de formação continuada. Esses programas devem focar em aprimorar os conhecimentos, habilidades e a identidade profissional dos professores e das equipes gestoras.

Art. 12. O Sistema Municipal de Ensino deve organizar carreiras específicas para profissionais de apoio e suporte (assistentes, auxiliares, monitores(as) e outras denominações), garantindo-lhes o reconhecimento como trabalhadores(as) da educação, em função não equivalente à docência, desde que atuem sob a liderança e supervisão do professor legalmente habilitado.

Parágrafo único. Fica garantida a presença permanente de professoras(es) habilitadas(os) na regência das turmas de Educação Infantil, inclusive coordenando o trabalho dos profissionais de apoio.

Art. 13. O processo de avaliação na Educação Infantil municipal deve ser feito por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento de cada criança, sem o objetivo de aprovar ou reprovar.

§ 1º A escola deve elaborar registro do desenvolvimento de cada criança, que pode ser acessado pelos pais e educadores.

§ 2º Esse registro serve para ajudar a planejar o ensino e aprimorar as práticas pedagógicas.

§ 3º A avaliação deve ser feita em relação ao projeto pedagógico da escola e às diretrizes curriculares nacionais.

Art. 14. As escolas municipais devem ter infraestrutura que garanta conforto, segurança e acessibilidade.

§ 1º Os ambientes devem ser variados, como salas de aula, áreas para brincar, refeitórios, banheiros e espaços verdes que se adaptem ao nosso clima.

§ 2º A infraestrutura deve estar de acordo com as regras de vigilância sanitária e os padrões de segurança vigentes e suas instruções respeitadas. (Redação dada nos Art.29 a 31 da Resolução CNE/CEB Nº1).

§ 3º A escola precisa ter materiais pedagógicos, brinquedos e mobiliário adequados para cada faixa etária e acessíveis a todas as crianças.

Art. 15. O Sistema Municipal de Ensino deve planejar o atendimento à demanda por vagas na Educação Infantil, para atingir, de forma progressiva, as metas estipuladas, a seguinte proporção máxima de bebês e crianças por professor regente:

I - para bebês de 0 (zero) a 12 (doze) meses: 5 (cinco) bebês por educador(a);

II - para bebês de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses: 8 (oito) bebês por educador(a);

III - para bebês de 25 (vinte e cinco) a 36 (trinta e seis) meses: 12 (doze) bebês por educadora(a);

IV - para crianças de 37 (trinta e sete) a 48 (quarenta e oito) meses: 18 (dezoito) crianças por educador(a); e

V - para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos: 20 (vinte) crianças por educador(a).

§1º As vagas devem ser ofertadas em instituições localizadas o mais próximo possível da residência ou do local de trabalho da família, cujo objetivo é minimizar o trajeto e o esforço de deslocamento de bebês, crianças e familiares, tanto na zona rural como na zona urbana.

§2º Quando devidamente demonstrada e justificada a necessidade de deslocamento de bebês e crianças, a Prefeitura de Porto franco, por meio da Secretaria Municipal de Educação, deve assegurar as condições de acessibilidade, cuidado, segurança e conforto no transporte escolar, contando com profissional de apoio e com condutor devidamente habilitado e com experiência.

Art. 16. Cabe ao Sistema Municipal de Ensino fomentar e coordenar ações, programas e protocolos com os setores de Saúde, Assistência Social, Cultura, Meio Ambiente e Planejamento Urbano, visando garantir a integralidade do atendimento à família, no que diz respeito a:

I - Garantir o acesso equitativo e a universalidade das ações preventivas;

II - Assegurar a atenção rápida e conjunta a bebês e crianças em condição de vulnerabilidade e situação de negligência;

III - Assegurar o acesso e a efetivação dos direitos básicos de saúde e desenvolvimento integral para bebês e crianças;

IV - Garantir a atenção aos bebês e crianças que requerem cuidados especiais em saúde;



V - Promover a saúde integral (física e mental) dos bebês e crianças, em articulação com profissionais de psicologia e assistência social;

VI - Assegurar, como corresponsáveis, as Instituições de Educação Infantil, incluindo-as, inclusive, na rede de proteção dos bebês e crianças;

VII - Garantir a qualificação dos profissionais da Educação Infantil para ações necessárias à promoção da saúde física e mental, na perspectiva integral, em articulação com profissionais das demais áreas; e

VIII - Garantir o acesso à alimentação equilibrada, saudável e natural, e ao aleitamento materno (exclusivo e complementado), após o sexto mês de vida.

Art. 17. Fica assegurado ao Conselho Municipal de Educação de Porto Franco, no exercício de suas atribuições em legislação, editar normas complementares, se houver necessidade, bem como realizar o monitoramento do Sistema Municipal de Ensino no cumprimento dos parâmetros estabelecidos no art.15º e seus incisos.

Art. 18. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação e publicação revogadas disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES PLENÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, em Porto Franco, 18 de setembro de 2025.

Noélia Maria Gomes Macedo
Presidente do Conselho Municipal de Educação

